

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo nº: 23255.005790/2025-90

Recorrente: LOCABOX – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Interessada: DINÂMICA EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA.

Objeto: Pré-qualificação Parcial – Habilitação Técnica (Operacional e Profissional)

Referência: Edital de Pré-qualificação nº 001/2025 – IFCE

I. SÍNTESE

A empresa LOCABOX – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. interpôs recurso administrativo contra a decisão da Comissão Especial de Préqualificação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, que a declarou inabilitada no certame regido pelo Edital nº 001/2025.

A decisão recorrida se mostrou tecnicamente correta e juridicamente fundamentada, uma vez que os documentos apresentados pela recorrente **não comprovam execução de obras compatíveis com o objeto licitado**, restringindo-se à **locação de módulos habitacionais desmontáveis (containers)**, o que não se confunde com **obras de construção civil em sistema Light Steel Frame**, tal como exigido no edital.

Assim, a interessada **DINÂMICA EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA.** apresenta as presentes **contrarrazões**, visando **ratificar integralmente** a decisão impugnada e requerer a **manutenção da inabilitação da empresa LOCABOX**, pelos motivos a seguir expostos.

II. DO MÉRITO

1. Da correta decisão da Comissão de Pré-qualificação



A decisão da Comissão foi precisa e amparada nas normas editalícias e legais, especialmente nos itens 3.4.4 do Edital nº 001/2025, que estabelecem como condição de habilitação a demonstração de experiência anterior na execução de obras de construção de edificações institucionais, especificamente em sistema Light Steel Frame, com quantitativos mínimos detalhados no instrumento convocatório.

Em sua manifestação, o IFCE corretamente constatou que nenhum dos atestados apresentados pela LOCABOX possui aderência ao objeto exigido, sendo todos decorrentes de contratos de locação e montagem de módulos temporários, sem caráter de obra, sem ART de execução de construção civil e, portanto, sem serventia para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional.

2. Da natureza locatícia e não construtiva dos contratos apresentados

Cumpre destacar que o acervo técnico apresentado pela LOCABOX está vinculado à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2022/00982 – SSPDS, cujo objeto é explícito:

"Serviço de locação de módulos habitacionais (cabines modulares)", mais especificamente em Containers.

Este objeto tem natureza eminentemente locatícia, o que descaracteriza qualquer alegação de execução de obra. O regramento da Lei nº 14.133/2021 (art. 67, incisos I e II) é claro ao prever que a capacidade técnico-operacional deve estar vinculada à execução anterior de obra similar, e não à locação ou fornecimento de bens mobiliários.

Logo, os atestados oriundos deste contexto não se enquadram no conceito de obra de engenharia em sistema construtivo permanente, sendo incabível a tentativa de equiparação entre locação de módulos e construção de edificações em Light Steel Frame, conforme exigência expressa do edital.



3. Da irregularidade formal e material dos atestados apresentados

Além do vício de natureza do objeto, os atestados apresentados pela LOCABOX carecem de validade técnica e formal, pelos seguintes motivos:

a) Ilegitimidade do signatário do atestado

O principal atestado apresentado pela LOCABOX foi assinado exclusivamente pelo Diretor do Núcleo de Saúde da SESAPI, profissional sem qualificação técnica legal para certificar execução de obras de engenharia, por tratar-se de advogado e não engenheiro.

De acordo com o art. 13, §1°, da Lei nº 5.194/1966, somente profissionais registrados no CREA ou CAU podem assumir ou atestar responsabilidade técnica por obras de engenharia.

Assim, o referido documento **não tem validade técnica**, uma vez que não foi subscrito por profissional habilitado, tampouco pelo fiscal de obra engenheiro, que seria o único competente para tal ato.

A inexistência da assinatura técnica do responsável (engenheiro fiscal) invalida materialmente o atestado, tornando-o mero documento administrativo sem força probatória para fim de habilitação técnica-operacional.

b) Inclusão indevida de serviços não previstos no contrato original

Outro ponto grave verificado pela Comissão e confirmado pela análise da interessada diz respeito à inclusão, nos atestados, de itens não constantes dos contratos originais, como **pavimentação em piso intertravado**, concreto fck 30 mpa, revestimentos e demais serviços de engenharia civil.



Os contratos que deram origem aos atestados (CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO 1920250002100 e correlatos), conforme o próprio Diário Oficial do Estado do Piauí (DOE/PI – 01/09/2023, p. 69), tratam de locação de módulos habitacionais e não de execução de obras, tampouco preveem replanilhamento ou aditivo que contemple tais serviços, até mesmo pelo fato de ser juridicamente inviável, pois estaria descaracterizando o objeto licitado.

Portanto, há flagrante extrapolação do objeto contratual, o que macula a veracidade e a fidedignidade atestado.

A inclusão de quantitativos e serviços não contratualmente executados configura irregularidade grave, podendo repercutir como falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal), demandando investigação pelos órgãos competentes.

c) Inexistência de comprovação visual ou física das obras alegadas

Análise documental e pesquisa pública a respeito dos eventos de instalação dos módulos referidos pela LOCABOX em municípios do Piauí (Água Branca, Castelo do Piauí, Paulistana e Valença) evidenciam que as estruturas correspondem a conjuntos modulares metálicos locados, de instalação temporária, sem fundação estrutural, sem piso intertravado e sem acabamento arquitetônico típico de edificações construídas.

Talvez por não possuir a aptidão técnica necessária foi que o Sr Antônio Marcos Gonçalves de Oliveira não pôde perceber que não constavam executados os serviços de pavimentação, alegados pela Recorrente.

As imagens disponíveis confirmam se tratar de containers pré-fabricados acoplados via locação, desmontáveis e não permanentes, sem qualquer correspondência com as exigências construtivas do edital.

Dessa forma, além de documentalmente inconsistentes, os atestados não encontram lastro **físico** que sustente o alegado cumprimento de serviços de engenharia civil.

Endereco



4. Do risco de falsidade e da necessidade de apuração pelos Órgãos de Controle

Diante das inconsistências e evidências de potenciais irregularidades materiais — como assinatura por pessoa sem competência técnica, ausência de registro de fiscalização de obra e inserção de serviços não licitados e não executados —, impõe-se a adoção de providências administrativas e de controle externo.

A interessada DINÂMICA EMPREENDIMENTOS E SOLUÇÕES LTDA. requer, assim, que se determine:

- A abertura de processo administrativo de apuração de responsabilidade, para verificar a veracidade dos documentos e a eventual falsidade de informação nos atestados apresentados;
- O encaminhamento de cópias integrais da documentação à Controladoria-Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Ministério Público Federal (MPF) e aos órgãos de controle estaduais (TCE-PI e Ministério Público do Piauí – MPPI), para investigação da lisura do atestado emitido e da conduta dos agentes públicos e privados envolvidos.

A conduta merece apuração, pois tenta conferir caráter construtivo a contrato de locação, gerando grave violação à Lei nº 14.133/2021 e afrontando os princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital.

III. DA RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE INABILITAÇÃO

Diante de todos os fatos, resta indubitavelmente comprovado que a decisão da Comissão Técnica do IFCE foi correta, proporcional e estritamente legal.

A empresa LOCABOX não demonstrou capacidade técnica nos moldes do edital, apresentando documentação:



- tecnicamente incompatível com o objeto;
- formalmente inválida, por ausência de assinatura de profissional habilitado;
- materialmente inconsistente, com dados inverídicos e serviços estranhos ao contrato original.

O acolhimento do presente recurso implicaria violação direta aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório (art. 37, caput da CF), comprometendo a credibilidade do processo licitatório e a segurança jurídica das futuras contratações do IFCE.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- 1. O total indeferimento do recurso administrativo interposto pela empresa LOCABOX LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.;
- 2. A manutenção integral da decisão da Comissão do IFCE, que a declarou inabilitada para prosseguir no certame da Pré-Qualificação nº 001/2025;
- A instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade, visando averiguar as inconsistências documentais identificadas; e
- 4. O encaminhamento de cópia da documentação apresentada à CGU, ao TCU, ao MPF e aos órgãos de controle estaduais competentes, para investigação e providências cabíveis.

Fortaleza/CE, 03 de novembro de 2025

Endereco



Dinâmica Empreendimentos e Soluções LTDA. CNPJ: 25.025.604/0001-13

Diretor